

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT2 – Crise das democracias contemporâneas: partidos, eleições e cidadania

O setor religioso entre a eleição e o afastamento de Dilma Rousseff

Guilherme Borges – Universidade de São Paulo¹

Por meio desta apresentação, serão observadas estratégias de ação política conduzidas por agentes religiosos católicos e evangélicos. O objetivo é discutir essas iniciativas, tendo em vista avaliar se e como elas se relacionam com a condição laica do estado brasileiro. Para isso, focará a atuação de religiosos tanto nas controvérsias que perpassaram as disputas presidenciais de 2010, quanto em meio à decisão da Câmara Federal pela abertura do impeachment da presidente Dilma. Além disso, serão examinados projetos de lei apoiados pelas frentes católica e evangélica do Congresso Nacional. Nos casos recortados para análise, religião mostra ser apenas grupo de interesse, não passa de *lobby* atuando politicamente na tentativa de barganhar reivindicações e suprir demandas que lhe são oportunas.

Impeachment, eleição, projetos de lei, catolicismo, pentecostalismo, Michel Dobry.

“Por Deus, pelos valores cristãos, por minha igreja...”

Dia 17 de abril de 2016, a abertura do processo de impeachment é aprovada por ampla maioria na Câmara Federal. Deputados que contribuíram

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), doutorando no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº. 140161/2016-3, São Paulo, SP, Brasil.

para levar Dilma Rousseff ao poder, a apoiando em sua eleição e reeleição, passam a votar pelo afastamento da presidente da República. Inversão de bases legitimada e justificada, “acima de tudo, por amor a Deus”, pois “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”. Nas palavras que precedem os votos dos deputados, é possível contabilizar “Deus” surgindo e ressurgindo 58 vezes (Reis, 2016). Diante de tal cenário, o diretor de pesquisas do Datafolha constata: “menções a Deus e à família dominaram ostensivamente a votação pela abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados” (Janoni, 2016). O próprio presidente da Casa, ao optar pela admissibilidade do impeachment, firma sua escolha com uma súplica para “que Deus tenha misericórdia desta nação”.

Após a aprovação na câmara baixa do Congresso Nacional, o processo de impeachment segue para a câmara alta. Passado menos de um mês da deliberação entre deputados, o que se vê é mais uma votação expressiva, agora por parte de senadores, em favor do afastamento de Dilma. Com a decisão bicameral do Legislativo, Michel Temer assume o cargo de presidente interino. No discurso de posse, ele faz questão de sublinhar que seu governo será “fundado de alto critério religioso”, e acrescenta: “O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país”. Sob aplausos e gritos de “amém”, o novo mandatário da nação encerra seu discurso suplicando a “Deus que nos abençoe a todos. A mim, aos congressistas, aos membros do Poder Judiciário e ao povo brasileiro. [...] que em breve tempo, possamos agradecer a Ele pelo trabalho que, a partir de agora, será feito” (Rocha, Fagundes & Inhesta, 2016).

Em seguida ao pronunciamento de estreia, Temer se reúne a portas fechadas com lideranças de igrejas e parlamentares religiosos. No gabinete presidencial, sobressaem-se as figuras dos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano (Franco, 2016a). Conhecido expoente da teologia da prosperidade e da Assembleia de Deus, maior denominação evangélica do país, Malafaia se destaca, principalmente, pelas pregações televisionadas, além de contar com um leque de meios midiáticos que difundem seus feitos proselitistas. É com o amparo desses diversos veículos de informação que o pastor exerce sua atuação política. Desse modo, mesmo sem nunca ter se candidatado a cargos públicos, Malafaia

consegue ser uma das personalidades mais influentes do cenário político brasileiro (Noblat, 2012). Nas eleições, ele opera como cabo eleitoral evangélico, contribuindo para que dezenas de candidatos cheguem ao poder nas esferas municipal, estadual e federal (Gomide, 2012). Mas seu valoroso apoio não se restringe a campanhas eleitorais. Afora o fato de arregimentar votos entre o público religioso, Malafaia faz uso de seu prestígio na tentativa de barrar medidas que visem alargar o escopo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Também ligado à Assembleia de Deus, Feliciano compartilha do ideário pentecostal de Malafaia, de modo que sua atuação política tem como alvos preferenciais os mesmos desafetos, quais sejam: movimentos LGBT, feminista e pró legalização do aborto. Mas, diferentemente de Malafaia, Feliciano exerce mandato parlamentar, o que dá condições para que ele dirija a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Trata-se de um colegiado historicamente vinculado a deputados federais situados à esquerda no espectro político. Devido a esse histórico da Comissão, tendo sido eleito para presidi-la, Feliciano fez questão de declarar, durante culto religioso, que, “pela primeira vez na história desse Brasil, um pastor cheio de espírito santo conquistou um espaço que até ontem era dominado por satanás” (Carvalho, 2013). Tal manifestação acarretou um sem número de controvérsias. Não obstante essas reações negativas, o colegiado, sob o comando de Feliciano, teve o êxito de ratificar projeto que avaliza psicólogos para que ofereçam tratamentos à homossexualidade. Como era de se esperar, a aprovação do projeto resultou em novas alterações (Foreque & Falcão, 2013).

Os atos polêmicos de Feliciano não são, entretanto, um impeditivo para que Temer o procure durante o processo de impeachment. Ainda como vice-presidente, ele grava um vídeo com o pastor no qual ambos rogam repetidamente por orações. Na transmissão, Temer ressalta o vínculo pessoal com Deus ao dizer: “nós, que somos religiosos”. Feliciano, por sua vez, declara que o peemedebista é um “homem temente”. Na ocasião em que o vídeo é exibido, Temer é saudado por Feliciano como aquele que irá assumir a presidência “dentro de 15 ou 20 dias”. O pastor ainda se vê na necessidade de desmentir o boato de que o futuro presidente seria satanista (Bachtold, 2016). Três dias antes do vídeo ser divulgado, Temer já havia aberto espaço em sua

agenda para receber Malafaia no Palácio do Jaburu e lhe pedir bênçãos e apoio (Uribe, 2016).

Em outro Palácio, o do Planalto, Dilma também recorre a apoio religioso. O religioso, no caso, é o bispo Edir Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus. Entre tentativas de barrar o impeachment, Dilma telefona ao bispo na esperança de conseguir algum esteio político. Edir Macedo, contudo, frustra tal expectativa ao limitar seu auxílio tão somente a um comprometimento de cunho abstrato: “orar por ela [Dilma] e pelo país” (Lima & Arbex, 2016). A resposta “extramundana”, aparentemente apolítica, contrasta com a disposição, manifesta reiteradamente pelo bispo, de entrar no jogo da militância partidária. Tal disposição chega a ser sistematizada e publicada em livro assinado por Edir Macedo. Na obra *Plano de poder* (Macedo & Oliveira, 2008), lançada às vésperas das eleições de 2008, o autor postula que Deus tem um projeto guardado especialmente para os fiéis da Igreja Universal e para os demais evangélicos que porventura venham a se aliar ao rebanho.

Por meio de citações retiradas do Antigo Testamento – “estamos tratando de um assunto percebido por poucos leitores e estudiosos da bíblia: a política e o grande projeto de poder” (ibid, p. 59) –, Edir Macedo anuncia sua exegese: Deus imaginou uma “nação dos sonhos” para os hebreus. E daí vem a boa nova: essa “intenção política de Deus para com seu povo” (ibid, p. 69) não se restringe ao estrato hebraico. Também no Brasil, é chegada a hora de se instaurar o “grande projeto de nação elaborado e pretendido pelo próprio Deus” (ibid, p. 8). Para que a vontade divinal se concretize, o bispo exorta os fiéis à atuação partidária. Em favor desse apelo, conta-se com o aumento exponencial, verificado nas últimas décadas, da quantidade de evangélicos no país: “Insistimos que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo, tanto no Legislativo quanto no Executivo, em qualquer que seja o escalão, municipal, estadual ou federal” (ibid, p. 25).

Com esse ideário de colonização do poder público, Edir Macedo lança não somente um livro, mas também candidaturas. A principal delas é a de seu sobrinho, Marcelo Crivella, ao Senado. Assim como o tio, Crivella é bispo da Universal e reconhece que virou senador por determinação da igreja: “Aceitei

porque na Igreja Universal você não tem opção. Na Igreja Universal [...] você vai, tem que ir” (Azevedo, 2016). Em outra ocasião, fazendo eco ao “plano de poder” do tio, Crivella profetiza: “os evangélicos ainda vão eleger um presidente da República, que vai trabalhar por nós e nossas igrejas. E nós vamos cumprir a missão que há dois mil anos é o maior desafio da igreja, de levar o Evangelho a todas as nações da Terra”.

Após votar no Senado em favor do afastamento de Dilma, Crivella dá importante passo na direção de concretizar sua visão profética. Ele se licencia de seu mandato como senador menos de um mês depois de deliberar pela admissibilidade do processo de impeachment; o objetivo é dar início à campanha eleitoral para se sagrar prefeito da cidade do Rio de Janeiro. O projeto é bem-sucedido e sua ascensão na capital fluminense representa a mais expressiva conquista política já alcançada por um membro da Igreja Universal (Franco, 2016b). Com a eleição de Crivella para comandar a segunda maior cidade do país, lideranças pentecostais celebram efusivamente, já mirando a possibilidade de tomar o poder executivo nacional e, quiçá, até o judiciário (Bilenky, 2016).

Enquanto o episcopado da Universal se entrincheira na oposição a Dilma, o episcopado de outra igreja, a Católica, diz não ver razões para saudar o pedido de impeachment. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal Raymundo Damasceno Assis, faz questão de sublinhar que “não há nenhum indício de algum ato que possa justificar qualquer denúncia quanto à presidente da República”. Já o secretário-geral da entidade, Dom Leonardo Ulrich Steiner, declara que o afastamento da mandatária enfraqueceria as instituições democráticas (Formiga, 2015). Ao longo de sua 54ª assembleia Geral, a Conferência ainda emite uma manifestação conjunta a respeito do impedimento. No texto, os bispos pedem respeito pelo ordenamento jurídico do estado democrático (Arbex, 2016a). Durante o desenrolar da queda, Dilma ainda se reúne, em compromisso de caráter sigiloso, com o Conselho Permanente da CNBB.

Entretanto, a avaliação que o episcopado faz da conjuntura política não constitui uma unanimidade no interior da “eclesiosfera”. Há de ser citado, como exemplo pertinente, o Movimento Legislação e Vida, que, no que concerne ao

impeachment, busca marcar posição de divergência em relação aos bispos (idem, 2016b). O movimento atua em Brasília na tentativa de sensibilizar o Legislativo para que valores católicos sejam aderidos e resguardados. Com sua chancela, são promovidas mobilizações no Congresso na tentativa de refrear pautas que contrariem os ideários morais da Igreja. Essas ações contam com o respaldo da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, a qual agrega uma série de parlamentares católicos entre seus correligionários. Envolvido, assim, na dinâmica do poder público, o movimento divulga carta aberta aos bispos do país, em resposta ao posicionamento adotado pelo episcopado diante da possibilidade de queda da presidente:

Em meio à grave crise política, econômica, institucional e, acima de tudo profundamente moral, nós, católicos, recorremos a cada membro do episcopado brasileiro, para que em cada Diocese haja uma posição clara e firme em relação aos graves danos que o Partido dos Trabalhadores (PT) causou à Igreja Católica e à nação brasileira nestas últimas décadas, especialmente nos últimos treze anos à frente do governo [...] implementando a agenda anti-vida e anti-família das fundações internacionais, a agenda abortista, etc. E tudo isso com a complacência do clero progressista da CNBB, e através de ONGs e pastorais atuando no seio da igreja, dos teólogos da libertação, e de toda sorte de infiltrados. Faltou coragem a muitos bispos do Brasil, firmeza e fidelidade ao Magistério: ao não alertarem os fiéis do risco de excomunhão — e do risco à própria salvação — aos que apoiavam o PT².

² A íntegra da manifestação está disponível em: <http://www.acidigital.com/noticias/em-carta-aos-bispos-movimento-catolico-pede-posicao-frente-aos-danos-do-pt-a-sociedade-15920/>. Data da publicação: 04/04/2016. Acesso em 20/03/2017.

Como se vê, ao longo de todo o processo de impeachment, atores do setor político encontram-se livres de embaraços para trazer à tona valores e discursos de outro setor – o da religião, no caso. O texto votado na Câmara refere-se à aprovação ou à rejeição de uma denúncia sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa (Capelo, 2015); questões técnicas, de responsabilidade fiscal, que em nada se confundem com pressupostos de feito sacrossanto ou com razões de ordem metafísica. Mesmo assim, uma ampla gama de políticos se vale do carimbo religioso para legitimar e justificar seus posicionamentos. Mas não se trata somente de o setor político procurando e manejando a religião, pois o contrário também acontece: indivíduos provenientes do âmbito religioso perscrutam e penetram o jogo político, fazendo valer ali, na dinâmica partidária, os preceitos da fé. Em um movimento que passa longe de ser unilateral, religião e política desejam-se mutuamente.

A denúncia que recai sobre Dilma não contém nenhuma temática religiosa. Não obstante, recursos religiosos são mobilizados para influenciar o processo de impeachment. Parece que vai se confirmando, nesse sentido, o diagnóstico proposto pela sociologia das crises políticas, que tem em Michel Dobry seu principal teórico. Na perspectiva formulada por Dobry, as sociedades complexas são assim caracterizadas na medida em que apresentam múltiplos setores diferenciados. Tais setores são portadores, cada qual, de lógicas de funcionamento específicas. A ênfase da análise recai na percepção de que, em conjunturas “normais”, os setores se caracterizam “por sua capacidade de realizar o fechamento do espaço de referência obrigatório dos cálculos de seus membros” (Dobry, 2014, p. 89). Entre os fundamentos que amparam essa autonomia setorial, Dobry leva em conta, além dos recursos burocráticos daquelas “entidades fortemente institucionalizadas” (ibid, p. 101), a “microfísica de demarcação de fronteiras” própria a cada setor (ibid, p. 95). Nessa microfísica, há de se examinar os discursos oficiais e oficiosos que resguardam as lógicas setoriais, bem como o jogo de jurisdições internas, as linguagens esotéricas, mas também o não-dito, as leis do silêncio diante do exterior.

Ou seja, os setores contam com regras próprias, tácitas ou manifestas, pragmáticas ou solenes, que orientam, em particular, as ações e percepções dos atores ali inseridos. Ao fazer referência a determinado setor, identificam-se os

atores presentes e os recursos, materiais e simbólicos, distribuídos, os quais são mobilizados segundo certos marcos de avaliação e de previsibilidade que condicionam as possibilidades de jogadas. Por exemplo, quando se trata do espaço social que abrange a atividade política parlamentar, é imprescindível que se localize os atores – membros do Senado, deputados, entre outros – e os recursos – medidas provisórias, alianças partidárias, etc. – de que esses atores se valem, levando em conta as “regras do jogo” pertinentes ao poder legislativo. Dessa forma, será possível apontar jogadas características daquela lógica setorial (ibid, p. 88).

Porém, nas conjunturas de crise política, o modelo teórico de Dobry prevê que os setores, anteriormente circunscritos, passam a embaralhar suas lógicas ao se imiscuírem mutuamente na realidade social (ibid, p. 105). Ou seja, com as situações críticas, advém uma mudança de estado nas sociedades complexas, pelo esmorecimento da autonomia entre setores. Nesse ponto, manifestam-se as assim chamadas mobilizações multissetoriais: é aberta a deixa para que indivíduos de diferentes setores possam adentrar o campo político³ e lá agir, empregando recursos de seus setores originários; da mesma forma, também fica desobstruída a ação daqueles que, pertencentes ao setor político, procuram trazer recursos exteriores a esse âmbito, para fazer uso em suas jogadas.

No processo que desemboca no impeachment da presidente, constata-se essa justaposição de referências próprias a diferentes setores. É possível observar que os atores não inscrevem suas jogadas nos referenciais rotineiramente vinculados aos setores em que se localizam. As lógicas setoriais da religião e da política são permutadas e confundidas junto ao desenrolar da queda presidencial. Eis aí as conjunturas fluidas que caracterizam as problemáticas políticas de alguma profundidade (ibid, p. 105). A questão, porém, é que essas mobilizações multissetoriais já ocorrem antes do nascedouro da crise política pela qual passa o Brasil. Para averiguar isso, basta olhar alguns episódios que marcam a campanha eleitoral de 2010, justamente quando Dilma ascende ao poder.

³ Quando se refere ao setor em que se localizam as competições por bens ou posições definidas como políticas, Dobry fala, indistintamente, em campo ou em setor político. Da mesma maneira, assim será feito nesta investigação.

Eleição também é crise política

Na antevéspera do segundo turno das eleições presidenciais de 2010, o jornal *Folha de S. Paulo*, logo em sua primeira página, estampa a foto do candidato José Serra, em campanha eleitoral, a beijar devotamente uma imagem de Nossa Senhora da Abadia. Ao lado da foto, a manchete para a principal notícia do dia: “Papa cobra ação de bispos do Brasil contra o aborto - Bento 16 afirmou a religiosos [...] que é dever dos bispos intervir na campanha política” (Schwartzman, 2010). Dias antes, o candidato do PSDB jacta-se, na bancada do “Jornal Nacional” da Rede Globo, de ser ele o presidenciável mais religioso da campanha: “Eu sou uma pessoa religiosa. Não é nada forçado [...]. Aliás, a candidata [Dilma] não fez outra coisa senão passar a visitar igrejas, coisa que ela não fazia” (Franco, 2010). Ao longo da campanha, Serra se diz favorável a que o posto maior da República seja ocupado por alguém que acredita em Deus (Macarenhas e Stangler, 2010). A equipe tucana chega a distribuir “santinhos” com a imagem do candidato justaposta à frase “Jesus é a verdade e a justiça” (Cardoso, 2010).

Nessa toada, o estafe de Serra monta uma “coordenadoria de evangélicos”, sob responsabilidade do pastor Alcides Cantóia Jr., da Assembleia de Deus (Costa, 2010a). Trata-se de uma logística estruturada tendo em vista oferecer benefícios a igrejas evangélicas em troca do apoio de pastores à candidatura tucana. Os contatos são feitos com lideranças de denominações que abarcam o Estado de São Paulo. Entre os argumentos dispostos para conquistar o engajamento de pastores, está o discurso relativo à moralidade sexual, como a posição contrária à descriminalização do aborto e ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Com o mesmo propósito, isto é, para angariar o voto evangélico, a equipe do PSDB leva Silas Malafaia para a campanha. O religioso pentecostal declara apoio aberto à candidatura de Serra e tem seu discurso repercutido em pleno horário político gratuito. (Balloussier, 2010a).

Por essa militância em favor da candidatura tucana, Malafaia bate de frente com o bispo Edir Macedo, que apoia Dilma Rousseff na campanha para substituir Luiz Inácio Lula da Silva. Malafaia dispara contra o bispo, a quem acusa de ser “comprado para defender Dilma”: “você tem gasto bilhões, dízimo e ofertas do povo de Deus, que você tem injetado na televisão para promover prostituição, adultério, homossexualismo, sensualidade, assassinato e roubo. Sua TV é um lixo moral” (Corrêa & Nery, 2010). Malafaia refere-se à RecordTV, rede de televisão comercial que pertence a Edir Macedo. Com essas declarações, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo – ministério da Assembleia de Deus liderado por Malafaia – e a Igreja Universal cortam relações institucionais.

Mas tais acusações não surgem *ex-nihilo*. Nas pregações conduzidas por Edir Macedo, ele coloca em dúvida os argumentos de Malafaia pró-Serra e interroga quais seriam os interesses obscuros que moveriam o pastor da Assembleia de Deus. Esses questionamentos estão diretamente inseridos nas evangelizações da Universal, que busca arregimentar votos para Dilma a partir dos púlpitos. Os bispos da igreja, assim como os pastores e obreiros, orientam abertamente os fiéis sobre como eles devem proceder diante da urna eleitoral. Para isso, fazem uso de uma estrutura de quase 50 mil templos (Balloussier, 2010b). Mas não só. A *Folha Universal*, jornal de distribuição gratuita da denominação, com tiragem de 2,5 milhões de exemplares, dedica, em seguidas edições, grande espaço a matérias sobre as razões pelas quais o voto cristão deve ser dado à legenda do PT.

Em uma das publicações, o periódico explora, por exemplo, o fato de o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiador de Serra, ter dito que seu aliado “tem uns demônios dentro dele que, às vezes, nem ele mesmo controla” (Balloussier, 2010a). Em outro artigo, são elencados sete motivos que necessariamente levariam o fiel a escolher o lado petista da disputa. No rol dos argumentos enumerados, está a afirmação de que Dilma “respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus” (Crivella, 2010). Quem assina o artigo favorável à candidatura é o bispo Marcelo Crivella. Anos depois, como se sabe, ele votaria pelo impeachment da presidente.

Outro parlamentar que “viraria a casaca” posteriormente é Marco Feliciano. Na primeira campanha presidencial de Dilma, ele age como importante braço direito do PT. Recém-eleito para seu primeiro cargo legislativo, Feliciano se afigura como “uma espécie de padre Marcelo Rossi” ou como um “popstar” do meio evangélico. Novato no meio político, o pastor obtém uma votação bastante expressiva e irrompe como um cabo eleitoral relevante. Assumindo essa condição, ele sobe palanques para tranquilizar eventuais evangélicos preocupados com os rumos que o país pode tomar sob o comando da candidata: “O Brasil é um país cristão e permanecerá um país cristão. Eu peguei nas mãos dela [Dilma] e senti paz” (Lima, 2010). E Feliciano faz mais do que emitir declarações favoráveis à campanha presidencial do PT. Ele projeta e coordena uma “central de inteligência” em prol dessa causa.

Na intenção de deslegitimar os críticos que acusam Dilma de ser “a favor do aborto e da prática do homossexualismo”, Feliciano articula uma equipe para enviar dezenas de milhões de e-mails à coletividade pentecostal: “Como sou muito conhecido dos evangélicos, os e-mails têm o meu nome e são direcionados ao povo religioso” (Castilho, 2010). Além disso, a equipe faz o rastreamento diário de tudo que é divulgado na internet e que pode influenciar negativamente Dilma entre os evangélicos. A cada comentário em vias de ser prejudicial, uma nota em desagravo deve ser enviada ao público religioso, independentemente da denominação de pertença do destinatário.

Com a mesma motivação, ou seja, para desarmar rumores que poderiam lhe prejudicar junto ao eleitorado religioso, Dilma promove uma ampla reunião com lideranças católicas e evangélicas. O compromisso serve para a candidata reforçar sua posição contrária a temas-tabus para os religiosos, como o aborto, mas presta também para retirar uma pedra de escândalo do meio do caminho. Há um boato, que circula entre cultos e missas, de que Dilma teria dito que “nem Jesus Cristo” lhe tira a vitória. O falatório a respeito desse dito indecoroso toma tamanha proporção que a candidata tem que ir a público para desmenti-lo. Diante de 24 lideranças religiosas, ela reafirma sua condição de católica e declara que “jamais usaria o nome de Cristo em vão” (Falcão, 2010). Dilma ainda chega a pedir o “testemunho” dos jornalistas, para que corroborem com a declaração de que tal heresia nunca foi proferida.

Nesse contexto de reafirmação religiosa, é apresentada a “Carta da Dilma”, texto de autoria do PT distribuído a líderes de igrejas que apoiam a campanha da candidata à presidência da república. A publicação é lançada para ser distribuída em igrejas evangélicas e católicas. Na carta-compromisso, Dilma afirma, mais uma vez: “Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto” (Pires, 2010). Constatada repetidas vezes ao longo da campanha eleitoral, essa necessidade de afirmar uma postura “pró-vida” se deve ao fato de Dilma ter se posicionado como “pró-escolha” em um passado não muito distante. Quando ministra-chefe da Casa Civil, ela havia dito que “tem de haver descriminalização do aborto. Hoje, no Brasil, é um absurdo que não haja a descriminalização” (Silva, 2010).

Mas não é só o discurso dela a respeito da legalidade da interrupção voluntária da gravidez que muda. O programa eleitoral petista é todo ele reestruturado para inserir menções à religião. Ao longo do primeiro turno da campanha, não são veiculadas referências às credenciais católicas de Dilma. Porém, quando a disputa fica apenas entre PT e PSDB, passam a sublinhar a “sólida formação moral e religiosa” recebida pela candidata desde a infância. Essa mudança na intimidade com a religião é ilustrada por registros da petista frequentando igrejas e por fotos dela posando de véu ao lado do papa, os quais aparecem intercalados por dizeres como “braço direito de Lula, Dilma viaja o mundo [...] reafirmando seus valores e sua fé” (Neves, 2010).

Nesse movimento de assemelhação com os católicos, a candidata aproxima-se da Canção Nova (Rosa, 2010), a maior comunidade católica nacional e a que conta com o mais expressivo número de representantes no Congresso. Repousa ali um enorme potencial midiático para uso eleitoral. Entretanto, também são da Canção Nova alguns dos sacerdotes mais enérgicos na pregação contra a candidatura petista de 2010. Chega a ter quem anunciasse greve de fome em prol da derrota de Dilma (Prete, 2010). Em homilia transmitida pela TV Canção Nova, padre José Augusto, membro do conselho da comunidade, declara:

Podem me matar, podem me prender. Não tenho advogado nenhum. Podem me processar. Se tiver de ser preso, eu serei, não tem problema. Mas eu não posso me calar diante de um partido que está apoiando o aborto, e a Igreja não aprova. O PT está querendo aprovar leis em que o sacerdote não pode se pronunciar, não pode falar. [...] a nação brasileira não pode se tornar uma nação marxista, comunista, com terrorista. [...] quem compactua com pessoas que aderem ao aborto, está excomungado. [...] vendo homossexuais indo para o altar, querendo os seus direitos. Eles podem falar e a gente que tem que se calar? A gente tem que se calar não. Deus criou o homem e a mulher, livro do Gênesis [...]. Eu quero é ver no futuro se vai ter missa das sete, das onze... missa pela tv, pela rádio, vocês vão ver se vai ter alguma coisa. Aí todo mundo vai buscar Deus e não terá Deus, porque os padres vão estar todos nas masmorras. Todos presos. E se eu desaparecer, vocês já sabem, foi porque eu falei tudo isso aqui hoje [...]. No PT, eu não voto. E não voto em ninguém que esteja coligado ao PT⁴.

Devido a essas palavras sacerdotais, a coligação de Dilma envia uma reivindicação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No requerimento, exige-se um direito de resposta na TV Canção Nova de 15 minutos no período da manhã. O pedido provém da alegação de que o padre da Canção Nova emite opiniões não somente falsas, mas difamatórias. A defesa de Dilma classifica as palavras do sacerdote como ofensivas e potencialmente prejudiciais à candidatura. Segundo a representação da candidata, o padre, ao dizer que poderia ser preso ou até mesmo assassinado devido às suas opiniões, faz uma “clara sugestão caluniosa de que o PT poderia praticar algum crime contra a sua integridade física”

⁴ A íntegra da manifestação está disponível em: <https://fratresinunum.com/2010/10/07/video-do-sermao-de-pe-jose-augusto-censurado-pela-cancao-nova/>. Data da publicação: 07/10/2010. Acesso em 20/03/2017.

(Seligman, 2010). Por fim, fica formalizado em acordo que o partido tem direito a uma resposta com duração de oito minutos a ser veiculada na rede de televisão da comunidade católica.

Mas essa não é a única briga judicial travada entre a candidatura de Dilma e uma instituição da Igreja. Na mesma campanha presidencial, o PT envia outra representação ao TSE para que seja apurado crime de difamação. Dessa vez, o alvo é a Mitra Diocesana de Guarulhos, que patrocinou a produção de panfletos pregando voto contrário a quem defende a descriminalização do aborto. O panfleto, que reproduz comunicado de uma regional da CNBB, pede aos fiéis que não votem em Dilma e lembra o fato dela já ter defendido a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. O texto chega a ser distribuído nas cidades de Aparecida (SP) e Contagem (MG), durante missas em homenagem ao Dia de Nossa Senhora Aparecida (Costa, 2010b).

Cerca de dois milhões de panfletos são apreendidos pela Polícia Federal a pedido do PT, que argumenta, no seu requerimento ao TSE, que os comunicados veiculam propaganda negativa, ilícita e preconceituosa. Ao exigir a apreensão, o Tribunal se baseia em duas hipóteses: ou a publicidade foi feita por uma entidade religiosa ou é anônima. Ambos os casos são proibidos pelas leis eleitorais (Westin & Seabra, 2010). Ainda assim, a diocese de Guarulhos entra com ação para reaver os panfletos e o bispo dom Luiz Gonzaga Bergonzini assume ter encomendado o material. O religioso, que considera a apreensão uma “violência contra a igreja” (Macedo, 2010), reitera a posição manifesta no panfleto ao dizer que, embora Dilma tenha feito uma profissão de fé contra o aborto, não se pode confiar nela: “Dilma, que se faz agora de santinha para dizer que é contra o aborto, já mudou de opinião três vezes” (Mayrink, 2010).

Esse feixe de incidentes eleitorais quiçá já é o bastante para se ter em conta certo fato crucial à presente investigação: uma série de características que permite classificar o impedimento como uma crise política, se faz presente, de maneira semelhante, na campanha presidencial desenrolada em 2010. Também na eleição que esta pesquisa toma como objeto de análise, vê-se uma disputa que mobiliza atores, jogadas e recursos para além daqueles circunscritos ao

poder público. Indivíduos e valores provenientes do âmbito religioso penetram o jogo político, transfigurando-o em jogo ampliado e multissetorial.

Pode ser o caso de identificar ambos os episódios recortados para análise, o impeachment de Dilma e sua eleição seis anos antes, como momentos excepcionais e de ruptura com procedimentos políticos rotineiros. Afinal, nas duas conjunturas, presencia-se um deslocamento da agenda política cotidiana para uma disputa de proporções nacionais. Nessas condições, ficaria explicada a entrada da lógica religiosa no campo político: atores os mais diversos – religiosos, inclusive – abandonam seus espaços circunscritos, em que comumente se movem, para agirem na arena política ampliada (Dobry, 2014, p. 99); além disso, atores próprios ao setor político, que ali já estavam previamente inseridos, deixam de jogar segundo as regras específicas desse âmbito, descortinando recursos outros que não são os de sua lógica setorial.

Dessa forma, em condições críticas, ou, no caso, quando uma grande questão política nacional monopoliza as jogadas, seria possível enxergar atores e recursos sobrepostos, insubordinados às lógicas setoriais específicas que anteriormente os ordenavam. Mas, tão logo superada essa mobilização, o modelo de Dobry indica que as conjunturas fluidas tenderiam a arrefecer. Os setores da religião e da política voltariam a funcionar com autonomia. Ou seja, em situações rotineiras, atores e recursos originários do setor religioso não seriam lançados na dinâmica do setor político, e vice-versa. Entretanto, quando são observadas as condutas de lideranças religiosas que atuam no legislativo brasileiro, o que se constata é que, ao menos na realidade nacional, parece inexistir esse fechamento dos setores, mesmo em conjunturas rotineiras.

Projetos de lei como rotinização da crise

No intervalo de tempo entre a eleição e o afastamento de Dilma, salta aos olhos o incremento na quantidade de projetos de lei propostos por membros das bancadas religiosas do Congresso (Dip, 2015). E não é à toa. A bancada evangélica, formalmente registrada como Frente Parlamentar Evangélica,

cresceu 30% só com a inauguração da legislatura 2015–2018, já agrega mais de 90 parlamentares – os números podem variar devido a trocas de titulares por suplentes – e conseguiu emplacar um de seus membros na presidência da Câmara (Dip, 2015). Fortalecidos, esses deputados se valem de alianças com colegas declaradamente católicos, os quais também contam com uma coordenação suprapartidária inscrita no Congresso Nacional: a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana.

As duas frentes, juntas, se mobilizam em favor de propostas que dizem respeito, no mais das vezes, ao campo da moralidade, com especial predileção pela moralidade de cunho sexual. Daí resulta a formulação de projetos de lei que almejam, por exemplo, o enfrentamento da “problemática gay” (Matos, 2004, p. 9). Entre tais projetos, pode-se identificar a tentativa de criminalizar a “heterofobia” (PL 7382/2010), o fito em instituir o “Dia do Orgulho Heterossexual” (PL 1672/2011) e até mesmo o objetivo de avalizar psicólogos para que ofereçam tratamentos à homossexualidade (PDC 234/2011).

Na dianteira de tais projetos, estão lideranças provenientes de igrejas. Esses atores são indicados pelas cúpulas das denominações a que pertencem, que dessa forma buscam cavar um espaço nas estruturas do Congresso. O setor religioso, assim, se faz presente no poder público, e o faz inserido na normalidade política, por meio de representantes legitimamente eleitos. Tais representantes procuram fazer valer as orientações do estrato religioso que os elege, atuação esta que se dá de maneira rotineira, dentre as atribuições regulares, que cabem a qualquer membro do Legislativo, de proposição, discussão e aprovação de leis. O fato dessa atuação ocorrer por meio de frentes parlamentares também não constitui um privilégio, um desvio ou mesmo uma peculiaridade em relação às regras da dinâmica legislativa.

Frentes parlamentares são associações devidamente registradas junto à Mesa Diretora da Câmara, ou seja, são grupos cuja existência está prevista pelos órgãos legislativos. Na prática, as frentes funcionam como blocos de deputados – no caso das frentes parlamentares mistas, há deputados e senadores – que atuam em conjunto quando a pauta em tramitação no Legislativo corresponde a certos temas específicos. Essas “bancadas” congregam parlamentares em torno

de determinados interesses, independentemente dos partidos a que esses políticos estejam vinculados. Em outras palavras, as frentes equivalem a “espaços de opinião mobilizada”, autorizados e oficializados pelo Congresso, em que atores se articulam não por critérios político-partidários, mas segundo as afinidades eletivas que lhes são caras (Coradini, 2010).

Tais afinidades eletivas podem ser muitas e variadas. A seguir, alguns exemplos de frentes parlamentares listadas no Diário da Câmara dos Deputados entre a eleição presidencial de 2010 e o impeachment de 2016: Frente Parlamentar em Defesa do Escotismo do Brasil; Frente Parlamentar pelo Fortalecimento das Relações entre o Brasil e a República da Polônia; Frente Parlamentar em Defesa do Futebol Feminino; Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira; Frente Parlamentar em Defesa dos Interesses da Classe dos Taxistas; Frente Parlamentar Mista de Práticas Integrativas em Saúde (Frente Holística); Frente Parlamentar “Amigos do Tibete em defesa do diálogo China-Tibete”; Frente Parlamentar do Rodeio; Frente Parlamentar pela Qualidade da Hotelaria Brasileira; Frente Parlamentar de Preservação da Memória do Patrimônio Ferroviário; Frente Parlamentar em Apoio à Duplicação da BR 251, no Trecho entre Montes Claros a Salinas – MG.

O inventário acima foi realizado com o objetivo de mostrar uma pequena parcela da variedade de “bancadas” que atuam cotidianamente no interior do Câmara Federal. Haja vista essa profusão de frentes, não é de se surpreender que exista, também, grupos de interesse religioso mobilizando-se rotineiramente a partir de causas políticas que julgam importantes. O funcionamento regular do legislativo brasileiro abre espaço para uma pluralidade de afinidades eletivas, inclusive para aquelas que advêm da religião.

À vista dessa entrada cotidiana de atores e recursos religiosos no campo político brasileiro, fica difícil reiterar a tese de Dobry no que concerne ao fechamento dos setores. No caso nacional, pelo menos, as jogadas políticas escapam a qualquer tentativa de compartimentação, de clivagem a um âmbito específico do ordenamento social. Nas conjunturas averiguadas, o corriqueiro não é a distinção, mas a fluidez. O recorte empírico da pesquisa abre espaço para que se problematize a polarização entre conjunturas regulares e críticas. As

relações de continuidade entre as duas conjunturas estão condensadas aos olhos de quem quiser ver.

Lançando o olhar para a eleição e para o afastamento de Dilma, bem como para os projetos de lei que pululam no intervalo de tempo entre esses dois episódios, a conclusão a que se chega é semelhante à de Brasílio Sallum Jr. ao observar o avanço do impeachment de Fernando Collor:

A despeito das virtudes da inovação teórica introduzida por Dobry, a polarização entre conjunturas rotineiras e críticas nem sempre ocorre de forma clara. [...] o contraponto conjuntura rotineira/conjuntura crítica nem sempre tem correspondência no processo histórico-político examinado (Sallum Jr., 2016, p. 202).

Agora com o respaldo da análise de Sallum Jr., cabe reiterar: as divisões previstas por Dobry, tanto entre setores, mas também entre rotina e crise, não se confirmam em uma configuração que tenha em vista o quadro político brasileiro. Não é possível identificar o contraponto entre rotina e crise exatamente porque a separação das lógicas setoriais, prevista pelo modelo de Dobry, não se apresenta verificável na realidade empírica observada. Antes de avançar, porém, é preciso reconhecer que Dobry confere à separação entre setores, até em situações rotineiras, um peso relativo. Ele chega a reiterar que a disposição dos setores não é, e está longe de ser, “funcional”, apresentando componentes cuja historicidade é caótica (Dobry, 2014, p. 87). Mesmo para Dobry, a autorreferência e a demarcação de fronteiras não são, a rigor, indestrutíveis ou invulneráveis (ibid, p. 93). Ainda assim, como Sallum Jr. pontua, o destaque da sociologia das crises políticas reside na caracterização dos setores como portadores de lógicas de funcionamento específicas (Sallum Jr., 2016, p. 185). O fulcro da análise repousa no endodeterminismo setorial.

Quiçá seja o caso de inverter esse destaque e, na apropriação analítica das categorias desenvolvidas, enfatizar menos a autonomia setorial e mais a

porosidade às atividades táticas dos atores, inclusive em situações que não são as de crise. Dessa forma, a ideia de setor pode propiciar ganhos classificatórios ausentes, por exemplo, no conceito de campo de Pierre Bourdieu (2012), na medida em que ela possibilita abranger o jogo de contradições que perpassa os vínculos políticos, sem reduzir esse jogo a uma luta inter-burocrática.

Como diria Michel Foucault, “a única marca de reconhecimento que se pode testemunhar a um pensamento [...] é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar” (Foucault, 1979, p. 143). É com esse espírito que a presente análise passa a utilizar o aparato conceitual de Dobry. Quando localiza e identifica as sobreposições de diferentes setores, ele classifica essas aglutinações como críticas, ou seja, próprias de tempo de exceção. Habitualmente, o setor da política se apresentaria como campo apartado em relação a outras lógicas setoriais. Contudo, ao observar a eleição de 2010, o impeachment de 2016 e o dia a dia do Congresso Nacional, salta aos olhos a constante permeabilidade do setor político a valores e atores religiosos. O cenário considerado compele a descartar a hipótese de que mobilizações multissetoriais não ocorrem regularmente. No quadro recortado para análise, a justaposição dos setores, por sua permanência, mostra-se como regra. É o caso, então, de ver as conjunturas fluidas como fenômenos normais, isto é, como algo durável, consistente e até mesmo trivial.

Porém, para conferir esse estatuto de normalidade às mobilizações multissetoriais, faz-se necessário empreender um esforço analítico. É fundamental que se desconstrua a aparência de autonomia que os setores carregam e que os atores reforçam. Exercitar esse zelo durante a investigação evitaria dizer, por exemplo, ao observar os discursos parlamentares, que a votação do impeachment na Câmara “foi o evento mais singular da política brasileira nos últimos anos” (Sandes, 2016). Engajamentos por parte de atores religiosos ocorrem cotidianamente na cena político-partidária. O espantoso não é contemplar essas mobilizações multissetoriais, mas ver analistas que ainda se surpreendem com isso.

Além da consideração pelos fatos empíricos, a ênfase na sobreposição dos setores proporciona outros ganhos investigativos. Para exibir esses

proveitos, cabe retomar e desenvolver, de maneira sucinta, certa análise de Dobry que ainda não foi suficientemente explorada. A *Sociologia das crises políticas* enuncia que os atores, quando se veem em meio às tais conjunturas fluidas, deixam de se mover tão somente nos setores em que rotineiramente marcam presença. Devido a essa redefinição setorial, eles não mais fundamentam suas jogadas nos referenciais costumeiros. Em consequência, recursos empregados regularmente passam por um deslocamento de seus valores. Essas alterações várias acabam por implicar na desestruturação de rotinas estratégicas. Devido a isso, Dobry enxerga as crises como situações de incerteza generalizada entre os atores, o quais são constrangidos a executar suas jogadas sem conseguir antecipar possíveis resultados delas, e sem ter condições de presumir as jogadas adversárias.

Entretanto, a partir dos episódios aqui recortados para análise, o que se notou foi a presença de mobilizações multissetoriais até em circunstâncias que podem ser qualificadas propriamente como rotineiras. Parece ser o caso, então, de enxergar aquelas imprevisibilidades que caracterizam as conjunturas fluidas também nas situações de normalidade. Mesmo as jogadas setoriais regulares seriam atravessadas por incertezas quanto a sua efetividade e quanto ao valor dos recursos colocados em disputa. As indeterminações, que Dobry enxerga como próprias às crises políticas, se estenderiam e tomariam também a rotina política.

Reinhard Bendix já ressaltou a necessidade de devolver aos fenômenos sociais a imprevisibilidade que lhes é própria, e ele assim o fez sem entrar no mérito se esses fenômenos seriam ou não constitutivos de alguma crise política. Trata-se apenas de tomar a sério nos acontecimentos, inclusive nos mais cotidianos, o poder do acaso e a incerteza referente ao futuro (Bendix, 1996, p. 47). Tendo em vista as inferências desenvolvidas a partir do quadro empírico da análise, tais sugestões de Bendix soam bastante salutares. Dessa forma, a pesquisa continuará trabalhando com o modelo conceitual desenvolvido por Dobry, mas levando em conta a rotinização das conjunturas fluidas, que nem por isso deixam de ser fluidas. A anomia é a norma que atravessa o cenário político observado.

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, Murilo (2012), Malafaia não é candidato a nada e pode ser candidato a tudo. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2012/06/malafaia-nao-candidato-nada-pode-ser-candidato-tudo-450425.html>. Data da publicação: 14/06/2012. Acesso em 13/12/2016.
- ARBEX, Thais (2016a), Movimento católico pede que igreja se posicione contra o PT. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758083-movimento-catolico-pede-que-igreja-se-posicione-contra-o-pt.shtml>. Data da publicação: 06/04/2016. Acesso em 13/12/2016.
- ARBEX, Thais (2016b), CNBB diz que impeachment não pode atender a interesses partidários. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760920-cnbb-diz-que-impeachment-nao-pode-atender-a-interesses-partidarios.shtml>. Data da publicação: 14/04/2016. Acesso em 13/12/2016.
- AZEVEDO, Ana Lucia (2016), Perfil Marcelo Crivella: Metamorfose para tentar se descolar da igreja. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/perfil-marcelo-crivella-metamorfose-para-tentar-se-descolar-da-igreja-20384121>. Data da publicação: 30/10/2016. Acesso em 13/12/2016.
- BACHTOLD, Felipe (2016), Em vídeo com Feliciano, Temer pede orações e prega 'pacificação'. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766934-em-video-com-feliciano-temer-pede-oracoes-e-prega-pacificacao.shtml>. Data da publicação: 02/05/2016. Acesso em 13/12/2016.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia (2010a), Pastores e viúva de Chico Mendes apoiam Serra na TV. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A11, 18 de outubro de 2010.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia (2010b), Pastor da Universal orienta fiéis a não deixar o Brasil 'ir por Serra abaixo'. Disponível em: http://presidente40.folha.blog.uol.com.br/arch2010-10-16_2010-10-31.html#2010_10-30_15_56_31-148400191-0. Data da publicação: 31/10/2010. Acesso em 13/12/2016.
- BENDIX, Reinhard (1996). *A Construção nacional e cidadania. Estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo, Edusp.
- BILENKY, Thais (2016), Estratégia evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml>. Data da publicação: 31/10/2016. Acesso em 13/12/2016.
- BOURDIEU, Pierre (2012), *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CAPELO, Rodrigo (2015), O que diz o pedido de Hélio Bicudo para o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/o-que-diz-o-pedido-de-helio-bicudo-para-o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff.html>. Data da publicação: 04/12/2015. Acesso em 14/12/2016
- CARDOSO, Daiene (2010), Serra distribui santinho com mensagem sobre Jesus. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,serra-distribui-santinho-com-mensagem-sobre-jesus,625284>. Data da publicação: 15/10/2010. Acesso em 14/12/2016.

- CARVALHO, André (2013), Feliciano diz que comissão era 'dominada por Satanás' antes de sua chegada. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1255290-feliciano-diz-que-comissao-era-dominada-por-satanas-antes-de-sua-chegada.shtml>. Data da publicação: 01/04/2013. Acesso em 14/12/2016.
- CASTILHO, Araripe (2010), Em Orlandia (SP), deputado eleito comanda central que contra-ataca boatos anti-Dilma. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/822564-em-orlandia-sp-deputado-eleito-comanda-central-que-contra-ataca-boatos-anti-dilma.shtml>. Data da publicação: 29/10/2010. Acesso em 14/12/2016.
- CORADINI, Odaci Luiz (2010), "Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos". *Revista de sociologia e política*, vol. 18, nº 36. Curitiba, UFPR: pp. 241-256.
- CORRÊA, Hudson & NERY, Natuza (2010), Líderes evangélicos duelam por aliados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A17, 22 de outubro de 2010.
- COSTA, Breno (2010a), Campanha de Serra faz ofertas a evangélicos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/817799-campanha-de-serra-faz-ofertas-a-evangelicos.shtml>. Data da publicação: 21/10/2010. Acesso em 14/12/2016.
- COSTA, Breno (2010b), Gráfica recebe encomenda de bispo para imprimir 2,1 mi de panfletos anti-Dilma. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/815617-grafica-recebe-encomenda-de-bispo-para-imprimir-21-mi-de-panfletos-anti-dilma.shtml>. Data da publicação: 16/10/2010. Acesso em 14/12/2016.
- CRIVELLA, Marcelo (2010), 7 razões para votar em Dilma. *Folha Universal*, São Paulo, p. 24, 31 de outubro de 2010.
- DIP, Andrea (2015), Os pastores do Congresso. Disponível em: <http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso>. Data da publicação: 19/10/2015. Acesso em 29/11/2016.
- DOBRY, Michel (2014), *Sociologia das crises políticas*. São Paulo, Editora Unesp.
- FALCÃO, Márcio (2010), Dilma faz reunião com evangélicos e católicos para desmentir boatos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/806590-dilma-faz-reuniao-com-evangelicos-e-catolicos-para-desmentir-boatos.shtml>. Data da publicação: 29/09/2010. Acesso em 29/11/2016.
- FOREQUE, Flávia & FALCÃO, Márcio (2013), Proposta sobre 'cura gay' é aprovada em comissão presidida por Feliciano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml>. Data da publicação: 18/06/2013. Acesso em 29/11/2016.
- FORMIGA, Isabella (2015), Para CNBB, impeachment de Dilma enfraqueceria instituições. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/para-cnbb-impeachment-de-dilma-enfraqueceria-instituicoes.html>. Data da publicação: 12/03/2015. Acesso em 29/11/2016.
- FRANCO, Bernardo Mello (2010), PT pôs aborto na campanha, diz Serra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A14, 20 de outubro de 2010.
- FRANCO, Bernardo Mello (2016a), Direita, volver. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/05/1770853-direita-volver.shtml>. Data da publicação: 13/05/2016. Acesso em 29/07/2017.

- FRANCO, Bernardo Mello (2016b), Eleição de bispo no Rio marca ascensão de pastores evangélicos na política. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827927-eleicao-do-bispo-no-rio-marca-ascensao-de-pastores-evangelicos-na-politica.shtml>. Data da publicação: 31/10/2016. Acesso em 29/07/2017.
- GOMIDE, Raphael (2012), Pastor Silas Malafaia se consolida nas eleições como líder político nacional. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-10-11/pastor-silas-malafaia-se-consolida-nas-eleicoes-como-lider-politico-nacional.html>. Data da publicação: 11/10/2012. Acesso em 29/07/2017.
- JANONI, Alessandro (2016), Votação revela mais sobre eleitores do que sobre deputados. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762545-votacao-revela-mais-sobre-eleitores-do-que-sobre-deputados.shtml>. Data da publicação: 19/04/2016. Acesso em 11/12/2016.
- LIMA, Daniela (2010), Dilma afirma que irá tratar mulheres que fazem aborto como uma 'questão de saúde'. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/812288-dilma-afirma-que-ira-tratar-mulheres-que-fazem-aborto-como-uma-questao-de-saude.shtml>. Data da publicação: 08/10/2010. Acesso em 11/12/2016.
- LIMA, Daniela & ARBEX, Thais (2016), Por apoio, Dilma telefona a Edir Macedo e Planalto busca ponte com católicos. Disponível em: <http://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/04/01/por-apoio-dilma-telefona-a-edir-macedo-e-escala-gilberto-carvalho-para-fazer-ponte-com-catolicos/>. Data da publicação: 01/04/2016. Acesso em 11/12/2016.
- MACARENHAS, André & STANGLER, Jair (2010), Ausente de debate de TVs católicas, Dilma vira alvo de rivais. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/sem-dilma-tvs-catolicas-realizam-primeiro-debate-entre-presidenciais-acompanhe/>. Data da publicação: 23/08/2010. Acesso em 14/12/2016.
- MACEDO, Edir & OLIVEIRA, Carlos (2008), *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil.
- MACEDO, Fausto (2010), Bispo diz que "PT é o partido da morte". Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,bispo-diz-que-pt-e-o-partido-da-morte-imp-,629088>. Data da publicação: 24/10/2010. Acesso em 13/12/2016.
- MATOS, Ana Carla Harmatiuk (2004), *União entre pessoas do mesmo sexo: Aspectos jurídicos e sociais*. Belo Horizonte, Del Rey.
- MAYRINK, José Maria (2010), Polêmica do aborto faz bispos racharem. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,polemica-do-aborto-faz-bispos-racharem-imp-,625886>. Data da publicação: 17/10/2010. Acesso em 13/12/2016.
- NEVES, Lucas (2010), Biografia de Dilma na TV é alterada e agora cita 'sólida formação religiosa'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A8, 13 de outubro de 2010.
- PIRES, Carol (2010), Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257,0.htm>. Data da publicação: 15/10/2010. Acesso em 13/12/2016.
- PRETE, Renata Lo (2010), Painel: petistas tentaram aproximação com Canção Nova no começo da campanha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/815713-painel-petistas-tentaram-aproximacao-com-cancao-nova-no-comeco-da-campanha.shtml>. Data da publicação: 17/10/2010. Acesso em 13/12/2016.

- REIS, Thiago (2016), Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>. Data da publicação: 18/04/2016. Acesso em 11/12/2016.
- ROCHA, André Ítalo, FAGUNDES, Mateus & INHESTA, Suzana (2016), “Não podemos mais falar em crise”, diz Temer em primeiro discurso. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-mais-falar-em-crise--diz-temer-em-primeiro-discurso,10000050870>. Data da publicação: 12/05/2016. Acesso em 11/12/2016.
- ROSA, Vera (2010), Dilma participa de evento com católicos. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-participa-de-evento-com-catolicos,547546>. Data da publicação: 06/05/2010. Acesso em 11/12/2016.
- SALLUM JR., Brasílio (2016), “Crise política e impeachment”. *Revista Novos Estudos Cebrap*, nº 105. São Paulo, Cebrap: pp. 183-203.
- SANDES, Vitor (2016), A votação do impeachment sob a ótica da imprensa internacional. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-votacao-do-impeachment-sob-a-otica-da-imprensa-internacional/>. Data da publicação: 28/04/2016. Acesso em 24/05/2016.
- SCHWARTSMAN, Hélio (2010), Papa pede ação no Brasil contra aborto. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2910201007.htm>. Data da publicação: 29/10/2010. Acesso em 13/12/2016.
- SELIGMAN, Felipe (2010), PT e TV católica entram em acordo por direito de resposta de 8 minutos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/812041-pt-e-tv-catolica-entram-em-acordo-por-direito-de-resposta-de-8-minutos.shtml>. Data da publicação: 08/10/2010. Acesso em 13/12/2016.
- SILVA, Fernando de Barros (2010), Nas trevas de Deus. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 6 de outubro de 2010.
- URIBE, Gustavo (2016), Temer abre espaço na agenda para receber bênção de Silas Malafaia. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765179-temer-abre-espaco-na-agenda-para-receber-bencao-de-silas-malafaia.shtml>. Data da publicação: 27/04/2016. Acesso em 13/12/2016.
- WESTIN, Ricardo & SEABRA, Catia (2010), PT vê elo entre Serra e panfleto apreendido. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1910201015.htm>. Data da publicação: 19/10/2010. Acesso em 13/12/2016.